

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 90205/2025**  
**CONTRATANTE (UASG) 102113 – PUSP-B**

**OBJETO**

**Registro de Preços para aquisição de bebedouros/purificadores de uso público.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 1.918.479,93.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 30/03/2026.**

**HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

**A partir das 08h00min.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**Menor preço por item.**

**MODO DE DISPUTA:**

**Aberto.**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**Sim, para os itens 07 e 08.**

**Link:**

**<https://www.gov.br/compras/pt-br>**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### SUMÁRIO

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
11. DOS RECURSOS .....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22



# EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

## *PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU*

Processo SEI nº 154.00014368/2025-86

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da **PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU (PUSP-B)**, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **FORNECIMENTO DE BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE USO COLETIVO** de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 3.1.1. Os interessados, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa nº 03/2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para os **itens 07 (sete) e 08 (oito)** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 3.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7.** Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
  - 3.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 3.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.
  - 3.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
  - 3.7.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
  - 3.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
  - 3.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
  - 3.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante.
  - 3.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - 3.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8.** Será permitida a participação de:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

**3.8.1.** cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.8.1.1.** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**3.8.2.** pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.8.2.1.** Fica vedada a participação de empresa consorciada, na presente licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei federal nº 14.133/2021.

**3.9.** O impedimento de que trata o subitem **3.7.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens **3.7.2** e **3.7.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

**3.13.** A vedação de que trata o item **3.7.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1** e **8.13.1** deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1.valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **Valor unitário e total** do item.
- 5.1.2. Marca.
- 5.1.3. Fabricante, quando aplicável.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 5.7. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.7.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.7.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 6.21.2.2.** empresas brasileiras.
- 6.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 6.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** Não será admitida a previsão de preços diferentes, para um mesmo item, em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido pela Administração.
- 6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4.** O resultado da negociação, se houver, será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, observando, inclusive, as disposições do item **7.12.** do edital.
- 6.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.5** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.** SICAF.
- 7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNICAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 7.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>).
- 7.1.6.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 7.1.7.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 7.2.** A consulta ao cadastro especificado no subitem **7.1.4.** será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e **4.6** deste edital.
- 7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7.** Será desclassificada a melhor proposta que:
- 7.7.1.** contiver vícios insanáveis.
  - 7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
  - 7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
  - 7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta de preços; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execuibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **30% (trinta por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste Edital e no termo de Referência, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.5.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digiais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.11.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- 8.14.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.14.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.15.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.15.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.16.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.13.1.**
- 8.18.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 8.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos licitantes, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico SEI (<https://sei.sp.gov.br/sei/>) ou mediante solicitação formal via e-mail: [materiais13@usp.br](mailto:materiais13@usp.br).

### 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Observadas as disposições da Resolução USP nº 8548/2023, que integra este Edital, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa, praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, em especial:



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
  - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
  - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
  - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
  - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 12.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
  - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
  - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
  - 12.1.6.4. apresentar declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual:
  - 12.2.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
  - 12.2.2. Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa.
  - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e
  - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial, observadas as disposições do art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, §7º).
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4**, **12.1.5**, **12.1.6**, **12.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1**, **12.1.2** e **12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados (art. 156, §9º).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **materiais13@usp.br**.
- 13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.
- 14.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;
  - 14.12.2. ANEXO II – Memorial Descritivo;
  - 14.12.3. ANEXO III – Unidades Aderentes;
  - 14.12.4. ANEXO IV – Proposta Comercial;
  - 14.12.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - 14.12.6. ANEXO VI – Orientações sobre a retenção de imposto de renda;

**Bauru, na data da assinatura digital.**

**Profa. Dra. Karin Hermana Neppelenbroek**

Prefeita do Campus

Prefeitura do Campus de Bauru



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO – PREGÃO

#### PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Processo SEI nº 154.00014368/2025-86

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE USO PÚBLICO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PURIFICADOR DE PRESSÃO TIPO COLUNA, CONJUGADO (ADULTO, INFANTIL E PCD), COM FILTRO – USO INTERNO E EXTERNO	483313	UNIDADE	73	R\$ 1.537,93	R\$ 112.268,89
2	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 50L, DE PISO, COM FILTRO	256255	UNIDADE	73	R\$ 1.866,40	R\$ 136.247,20
3	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 100L, DE PISO, COM FILTRO	395320	UNIDADE	62	R\$ 2.037,80	R\$ 126.343,60
4	PURIFICADOR DE ÁGUA COM REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR – 2L – DE MESA OU PAREDE	602309	UNIDADE	358	R\$ 864,65	R\$ 309.544,70
5	BEBEDOURO DE PISO ACESSÍVEL EM INOX COM SENSOR DE ACIONAMENTO ELETRÔNICO – DE PISO	633715	UNIDADE	57	R\$ 7.508,33	R\$ 427.974,81
6	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO ACESSÍVEL COM SENSOR – 01 SAÍDA – DE PAREDE	249212	UNIDADE	172	R\$ 3.975,34	R\$ 683.758,48
7	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO (ÁGUA NATURAL E GELADA) - ACABAMENTO INOX	392319	UNIDADE	106	R\$ 657,75	R\$ 69.721,50
8	PURIFICADOR DE ÁGUA POR GRAVIDADE PARA BASE DE BEBEDOURO (COM KIT DE ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO):	611887	UNIDADE	65	R\$ 809,55	R\$ 52.620,75
<b>TOTAL ESTIMADO:</b>						<b>R\$ 1.918.479,93</b>

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Serão aceitos equipamentos de modelos e marcas não homologadas desde que seja apresentada ficha técnica oficial do fabricante em PDF, timbrado, comprovando as equivalências técnicas.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como natureza comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias** contados **do termo de início do fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## SUBCONTRATAÇÃO

- 1.6. O **CONTRATADO NÃO** poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
  - I. ID PCA no PNCP: **63025530000104-0-000036/2025**;
  - II. Data de publicação no PNCP: **21/06/2024**;
  - III. Id do item no PCA: **438, 439, 442, 449, 462 e 543**;
  - IV. Classe/Grupo:
    - **4110 – Equipamento para refrigeração**;
    - **4520 – Equipamentos para calefação e aquecedores domésticos de água**;
    - **4610 – Equipamentos para purificação de água**.
  - V. Identificador da Futura Contratação: **102113-8/2025 e 102113-11/2025**.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. Os resíduos deverão ser descartados de forma ambientalmente adequada, conforme normas técnicas e legais aplicáveis, sendo vedado o descarte em locais não licenciados ou de



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

maneira que possa causar danos ao meio ambiente, à saúde pública ou à segurança referente aos materiais produzidos pelo contratante.

## INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021):

- 4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA / MODELO
1	PURIFICADOR DE PRESSÃO TIPO COLUNA, CONJUGADO (ADULTO, INFANTIL E PCD), COM FILTRO – USO INTERNO E EXTERNO	IBBL – Puripress 40C KARINA - K40ci
2	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 50L, DE PISO, COM FILTRO	CÂNOVAS - 50L linha Resist
3	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 100L, DE PISO, COM FILTRO	CÂNOVAS - 100L linha Resist
4	PURIFICADOR DE ÁGUA COM REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR – 2L – DE MESA OU PAREDE	IBBL - FR600 Exclusive Prata com compressor EVEREST – Everest Star Prata
5	BEBEDOURO DE PISO ACESSÍVEL EM INOX COM SENSOR DE ACIONAMENTO ELETRÔNICO – DE PISO	CÂNOVAS – Bebedouro Acessível Life em Inox Cód.500 SEM contato manual CULLIGAN – Purificador de Pressão Acqua Filler
6	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO ACESSÍVEL COM SENSOR – 01 SAÍDA – DE PAREDE	CÂNOVAS – Bebedouro Acessível Life Inox com Sensor IBBL – Purificador Refrigerado Acqua Point IBBL – Purificador Smart H2O
7	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO (ÁGUA NATURAL E GELADA) - ACABAMENTO INOX	IBBL – GFN 2000 Inox
8	PURIFICADOR DE ÁGUA POR GRAVIDADE PARA BASE DE BEBEDOURO (COM KIT DE ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO)	PURIFIC 20 (Refil Camadas) + Kit Hidráulico

- 4.2.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar ficha técnica oficial do fabricante, em formato PDF, contendo a identificação do fabricante e as especificações técnicas do produto ofertado**, para fins de verificação de conformidade com as exigências do edital.
- 4.2.2. Quando os produtos ofertados forem de marca ou modelo distintos daqueles eventualmente indicados como referência nas especificações, **a ficha técnica deverá comprovar, de forma clara e objetiva, a equivalência técnica** em relação às características exigidas pela Administração.
- 4.2.3. Para fins de aferição dessa equivalência, serão toleradas variações de até **10% (dez por cento)** nos parâmetros dimensionais e de capacidade de reservatório das especificações técnicas, não sendo admitidas, contudo, quaisquer variações em relação ao número de torneiras ou jatos, bem como ao grau de proteção IPX exigido para cada item.

## GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados **do termo de início do fornecimento**, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços das Unidades Aderentes à Ata de Registro de Preços, listados no **Anexo III – Unidades Aderentes**, localizadas nos campi da **Universidade de São Paulo (USP) das cidades de São Paulo, Bauru, Lorena, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos**, conforme indicação precisa constante na respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento emitida pela unidade requisitante.
- 5.4. A relação detalhada dos endereços das unidades aderentes à Ata de Registro de Preços encontra-se disponível para consulta no **ANEXO III – UNIDADES ADERENTES** deste Edital, incumbindo à contratada a verificação prévia das localizações para fins de composição de custos logísticos, os quais deverão estar integralmente inclusos no preço registrado, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições de entrega.
- 5.5. A entrega dos bens compreenderá todas as atividades necessárias à sua efetiva disponibilização no local indicado pela unidade requisitante, incluindo transporte, movimentação, descarregamento e demais operações logísticas pertinentes, as quais correrão integralmente por conta da contratada.
- 5.6. Compete ao **CONTRATADO** adotar todos os meios necessários para a realização da entrega, inclusive disponibilização de equipe, equipamentos e veículos adequados às características do objeto e às condições de acesso aos locais de entrega, tais como, quando necessário, caminhões com plataforma hidráulica, equipamentos de movimentação ou mão de obra própria para carga e descarga.
- 5.7. Para fins de elaboração da proposta, o **CONTRATADO** deverá considerar previamente as condições de acesso, circulação de veículos, bem como as características físicas dos locais de entrega indicados no **Anexo III – Unidades Aderentes**.

### GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o **CONTRATANTE**.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio **CONTRATADO**, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o **CONTRATADO** realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo **CONTRATADO** ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do **CONTRATADO**, aceita pelo **CONTRATANTE**.
- 5.12. Na hipótese do subitem acima, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo **CONTRATANTE**, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do **CONTRATANTE** ou a apresentação de justificativas pelo **CONTRATADO**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do **CONTRATADO** o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do **CONTRATADO**.
- 5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## FISCALIZAÇÃO

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).





# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

## FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 6.16. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas, observando integralmente o que dispõe o **Anexo II – Memorial Descritivo**, o qual integra o presente instrumento para todos os fins.

## GESTOR DO CONTRATO

- 6.17. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).

- 6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### RECEBIMENTO

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## LIQUIDAÇÃO

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

## PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).
  - 7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:
    - a) O recebimento definitivo do objeto;
    - b) A entrega da documentação fiscal completa;
    - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pelo **CONTRATADO**.
- 7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

## FORMA DE PAGAMENTO

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### FORMA DE FORNECIMENTO

- 8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.9.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.12. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110,
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens e/ou **Municipal (Certidão de Tributos Mobiliários)** no caso de serviços, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples.
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## OUTRAS COMPROVAÇÕES





# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.27. Tratando-se de **CONSÓRCIO**, caso admitida a sua participação:

8.27.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a. Designação do consórcio e sua composição.
- b. Finalidade do consórcio;
- c. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.27.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.27.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.27.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.28. Caso admitida a participação de **COOPERATIVAS**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
  - 8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 8.28.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - 8.28.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
  - 8.28.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
  - 8.28.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
  - 8.28.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.
- 8.29. Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.
- 8.29.1. Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).
  - 8.29.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.918.479,93 (um milhão, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **PUSP-B;**
- II. Fonte de Recursos: **TESOURO;**
- III. Programa de Trabalho: **ORÇAMENTO 2026;**
- IV. Elemento de Despesa: **33903090 / 44905234;**
- V. Plano Interno: **102113-8/2025 e 102113-11/2025.**

**Bauru, na data da assinatura digital.**

---

**Vítor Locilento Sanches**

Divisão de Manutenção e Operações

PUSP-B



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Tendo como base o disposto no artigo 18 - § 1º - o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

### DEMANDA DE COMPRA Nº 346720/2025

#### **I – Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.**

A PUSP-B possui diversas edificações, são necessários novo aparelhos para substituírem equipamentos antigos, com defeito ou novos em locais que atualmente não possuem. A substituição de aparelhos antigos é importante para melhoria da qualidade da água, de eficiência energética e de economia com manutenções corretivas. Locais novos, como os Centros de Vivência precisam de bebedouros de uso público para atender demandas.

Considerando que outras unidades da Universidade de São Paulo apresentam demandas semelhantes, a presente contratação foi estruturada de forma a possibilitar a adesão de demais unidades da USP, permitindo o atendimento de necessidades correlatas em diferentes campi, com ganho de eficiência administrativa, racionalização de procedimentos de contratação e potencial obtenção de melhores condições de fornecimento.

#### **II – Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, em todas as suas dimensões, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.**

A descrição está detalhada no Memorial Descritivo – ANEXO II do edital.

#### **III – Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativas técnica e econômica da escolha da solução a contratar.**

A atualização dos bebedouros pode colaborar na redução do consumo de energia elétrica, assim como melhoria na qualidade da água. A opção pela compra dos bebedouros apresenta-se como a prática mais comum de mercado. A opção por ata de registro de preço permite que a administração compre sob demanda, conforme houver necessidade. A inclusão de equipamentos com sensores, além dos usuais, vem no sentido de modernizar o fornecimento de água, sem contato manual do das garrafas/copos com a torneira.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Otimização do Fluxo de Caixa:** O sistema de Registro de Preços permite a aquisição fracionada dos itens conforme a demanda real ao longo de um ano, evitando custos de estocagem e depreciação precoce dos bens antes do uso efetivo.

**Redução de Custos Operacionais:** A substituição dos aparelhos antigos por novos resultará em economia direta na conta de energia elétrica e redução de despesas com manutenções corretivas.

**Acessibilidade e Inclusão:** Foram especificados modelos com desenho universal e acionamento por sensor eletrônico (sem contato manual) e sinalização em Braille (Itens 5 e 6), garantindo o uso autônomo por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em cumprimento à legislação vigente.

## **IV – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.**

A compra é de equipamentos, atualmente existe contrato de manutenção de bebedouros na PUSP-B que deverá ser atualizado conforme novas aquisições ocorrerem. Requisito de assistência técnica estão no Anexo II - Memorial Descritivo.

## **V – Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.**

As estimativas de quantidades baseiam-se em demandas já existentes de compra que serão imediatas após o contrato, e eventuais substituições futuras de equipamentos antigos. Considera-se, ainda, que a presente contratação foi estruturada de forma a permitir a adesão de outras unidades da Universidade de São Paulo, as quais poderão apresentar necessidades semelhantes ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, razão pela qual as quantidades estimadas também contemplam a possibilidade de atendimento dessas demandas institucionais.

## **VI – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.**

ITEM 1 – Especificação: PURIFICADOR DE PRESSÃO TIPO COLUNA, CONJUGADO (ADULTO E INFANTIL), COM FILTRO – USO INTERNO E EXTERNO | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 1.399,00;

ITEM 2 – Especificação: BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 50L, DE PISO, COM FILTRO | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 2.949,00;

ITEM 3 – Especificação: BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 100L, DE PISO, COM FILTRO | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 3.462,00;



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ITEM 4 – Especificação: PURIFICADOR DE ÁGUA COM REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR – 2L – DE MESA OU PAREDE | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 1.620,00;

ITEM 5 – Especificação: BEBEDOURO DE PISO ACESSÍVEL EM INOX COM SENSOR DE ACIONAMENTO ELETRÔNICO – DE PISO | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 7.528,00;

ITEM 6 – Especificação: BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO ACESSÍVEL COM SENSOR – 01 SAÍDA – DE PAREDE | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 4.446,00;

ITEM 7 – Especificação: BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO (ÁGUA NATURAL E GELADA) – ACABAMENTO INOX | Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 1.042,05;

ITEM 8 – Especificação: PURIFICADOR DE ÁGUA POR GRAVIDADE PARA BASE DE BEBEDOURO (COM KIT DE ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO) Unidade: UNIDADE | Valor Unitário: R\$ 1.146,90.

## VII – Justificativas para o parcelamento ou não da solução.

A compra deverá ser por meio de ata de registro de preço. Poderão ser comprados individualmente de diversos fornecedores uma vez que não possuem correlação direta.

## VIII – Contratações correlatas e/ou interdependentes.

Deverá ser atualizado contrato de manutenção de bebedouros conforme aquisições.

## IX – Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração, observadas as disposições do artigo 16 do Decreto nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

Está prevista a compra no PCA 2025 (PUSP-B): 102113-36/2025-543. A divergência de valores deve-se pela natureza da compra, sendo que a prevista era de compras de equipamentos de forma unitária, sem previsão de aumento de demanda, e a nova ser por ata que permite flexibilização das demandas.

## X – Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Pretende-se fornecer água de qualidade para a Comunidade USP em edificações da PUSP-B e áreas comuns, bem como atender necessidades semelhantes das demais unidades da Universidade de São Paulo que venham a aderir à Ata de Registro de Preços. A atualização de equipamentos antigos colabora com a economia de energia.

## XI – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Não se aplica.

**XII – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.**

Não se aplica.

**XIII – Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.**

Conclui-se que a compra de novos bebedouros e a substituição de antigos é interessante para melhoria da qualidade de água potável, assim como economia de energia elétrica. A compra sob demanda permite que a administração faça a gestão das compras conforme necessidades ocorrerem ao longo de 01 ano.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

#### *PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU*

Processo SEI nº 154.00014368/2025-86

#### 1. DO OBJETO:

Aquisição, pelo **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, de **diversos modelos de bebedouros e purificadores** para as unidades da Universidade de São Paulo (USP). Os equipamentos deverão ser novos (primeiro uso) e não poderão apresentar avarias em suas partes metálicas (aço inox) ou plásticas no ato da entrega.

#### 2. DOS COMPONENTES E FORNECIMENTO:

Cada equipamento deverá ser entregue obrigatoriamente acompanhado de **01 (um) kit de instalação completo e 01 (um) conjunto de elementos filtrantes para uso inicial** (caso o modelo já venha com filtro de uso inicial e/ou kit de instalação na caixa do fabricante, deverá ser explicitado pelo fornecedor), respeitando-se a quantidade e a compatibilidade exigida para cada modelo específico.

A licitante deverá declarar expressamente em sua proposta a inclusão desses componentes no valor global da oferta, especificando detalhadamente o modelo do bebedouro e do respectivo elemento filtrante que será entregue. Ressalta-se que a instalação dos equipamentos não está incluída no escopo deste fornecimento, permanecendo sob inteira responsabilidade da Administração.

Os bens deverão ser entregues nos endereços das Unidades Aderentes à Ata de Registro de Preços, listados no **Anexo III – Unidades Aderentes**, localizadas nos campi da **Universidade de São Paulo (USP) das cidades de São Paulo, Bauru, Lorena, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos**, conforme indicação precisa constante na respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento emitida pela unidade requisitante.

A relação detalhada dos endereços das unidades aderentes à Ata de Registro de Preços encontra-se disponível para consulta no **ANEXO III – UNIDADES ADERENTES** deste Edital, incumbindo à contratada a verificação prévia das localizações para fins de composição de custos logísticos, os quais deverão estar integralmente inclusos no preço registrado, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições de entrega.

A entrega dos bens compreenderá todas as atividades necessárias à sua efetiva disponibilização no local indicado pela unidade requisitante, incluindo transporte, movimentação, descarregamento e demais operações logísticas pertinentes, as quais correrão integralmente por conta da contratada.

Compete ao **CONTRATADO** adotar todos os meios necessários para a realização da entrega, inclusive disponibilização de equipe, equipamentos e veículos adequados às características do objeto e às condições de acesso aos locais de entrega, tais como, quando necessário, caminhões com plataforma hidráulica, equipamentos de movimentação ou mão de obra própria para carga e descarga.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

Para fins de elaboração da proposta, o **CONTRATADO** deverá considerar previamente as condições de acesso, circulação de veículos, bem como as características físicas dos locais de entrega indicados no **Anexo III – Unidades Aderentes**.

### 3. DOS PADRÕES DE QUALIDADE E EQUIVALÊNCIA:

O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar ficha técnica oficial do fabricante, em formato PDF, contendo a identificação do fabricante e as especificações técnicas do produto ofertado**, para fins de verificação de conformidade com as exigências do edital.

Quando os produtos ofertados forem de marca ou modelo distintos daqueles eventualmente indicados como referência nas especificações, **a ficha técnica deverá comprovar, de forma clara e objetiva, a equivalência técnica** em relação às características exigidas pela Administração.

Para fins de aferição dessa equivalência, serão toleradas variações de até **10% (dez por cento)** nos parâmetros dimensionais e de capacidade de reservatório das especificações técnicas, não sendo admitidas, contudo, quaisquer variações em relação ao número de torneiras ou jatos, bem como ao grau de proteção IPX exigido para cada item.

### 4. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA:

Para marcas e modelos não citados como referência, a licitante **deverá comprovar a existência de rede de assistência técnica autorizada que garanta a cobertura integral de atendimento em todos os campi da USP aderentes a esta Ata de Registro de Preços**.

A manutenção por rede autorizada visa garantir o pronto atendimento e a integridade da garantia contratual, evitando a perda de garantia de fábrica por intervenção de terceiros não credenciados.

A contratada obriga-se a assegurar que o suporte técnico seja prestado às Unidades Aderentes, visando garantir a viabilidade econômica da manutenção e a agilidade no pronto atendimento, evitando-se custos excessivos de deslocamento ou tempo prolongado de inatividade.

O **prazo de garantia** mínima exigido para todos os itens é de **12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, sendo que, para os equipamentos destinados ao uso em áreas externas, a ficha técnica deverá conter declaração expressa do fabricante comprovando a aptidão para tal fim, com Grau de Proteção IPX4 ou superior.

### 5. RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES ADERENTES:

Cada Unidade aderente à Ata de Registro de Preços será responsável por proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos itens no ato do recebimento, devendo verificar a existência de eventuais avarias, desconformidades ou danos aparentes. Constatada qualquer irregularidade no recebimento, bem como a ocorrência de defeitos de fabricação que venham a se manifestar durante o prazo de garantia, caberá exclusivamente à Unidade aderente adotar as providências necessárias diretamente junto à empresa detentora da Ata, inclusive quanto à solicitação de reparo, substituição ou demais medidas cabíveis, observados os prazos, condições e garantias contratuais, não recaindo sobre a Unidade Gestora da Ata qualquer responsabilidade pela verificação, acompanhamento, guarda, substituição ou tratamento de ocorrências relacionadas aos materiais solicitados pelas Unidades aderentes.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### 6. DAS NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES:

Todos os produtos deverão atender rigorosamente à **ABNT NBR 16236:2013** (Aparelhos elétricos para melhoria da qualidade da água para consumo humano – Requisitos de segurança e desempenho) e possuir **certificação compulsória do INMETRO**, devendo o cumprimento destas normas ser comprovado por meio de documentos oficiais do fabricante ou selos de certificação visíveis no próprio produto. Adicionalmente, os modelos acessíveis, devem atender integralmente às normas de acessibilidade vigentes, incluindo obrigatoriamente **sistema de acionamento por sensor e sinalização em braille**.

### 7. MODELOS DE REFERÊNCIA:

A seguir, apresentam-se as características detalhadas por item e as marcas/modelos utilizados como referência de qualidade para esta licitação.

Serão aceitos equipamentos de modelos e marcas não homologadas desde que seja apresentada ficha técnica oficial do fabricante em PDF, timbrado, comprovando as equivalências técnicas.

- **ITEM 1 – PURIFICADOR DE PRESSÃO TIPO COLUNA, CONJUGADO (ADULTO, INFANTIL E PCD), COM FILTRO – USO INTERNO E EXTERNO:**

**Figura 1 Imagem referencial dos modelos homologados.**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

#### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Tipo:** Purificador de pressão tipo coluna, conjugado (adultos e crianças/PCD).
- **Uso:** Adequado para ambientes internos e externos.
- **Capacidade de refrigeração:** Mínimo de 1,5 L/h para água a uma temperatura de até 10 °C.
- **Volume do reservatório:** Mínimo de 1,2 L.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Sistema de refrigeração:** Por compressor, com termostato para controle de temperatura.
- **Configuração de saída:** 01 (um) jato para boca e 01 (um) jato para copo/garrafa (squeeze).
- **Acessibilidade:** Altura adaptada para crianças e pessoas com mobilidade reduzida, com cuba infantil conjugada.
- **Material do gabinete e tampo:** Aço inoxidável (resistente à corrosão).
- **Reservatório de água:** Fabricado em material atóxico ou aço inox, com dreno para higienização.
- **Estabilidade:** Pés antiderrapantes ou sistema de fixação equivalente.
- **Eficiência Energética:** Consumo máximo de 2,52 kWh/mês; eficiência mínima de 0,05 kW/L (em conformidade com os padrões de mercado para equipamentos de alta performance).
- **Alimentação Elétrica:** Tensão de 127 V; frequência de 60 Hz.
- **Potência e Amperagem:** Compatíveis com o desempenho de refrigeração solicitado, devendo garantir o baixo consumo energético.
- **Peso:** Adequado à estabilidade do equipamento de coluna (valor referencial de 17kg a 25kg).
- **Grau de Proteção:** Mínimo IPX4 (obrigatório para garantir resistência a respingos e segurança em ambientes externos).
- **Garantia:** Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação.
- **Sistema de Purificação:** Tripla filtragem (ou superior).
- **Desempenho do Filtro:** Retenção de partículas Classe C ou superior ( $\geq 5$  a  $< 15 \mu m$ ) e Redução de Cloro Livre aprovada conforme normas vigentes.
- **Segurança Biológica:** Sistema com ação bacteriostática para impedir a proliferação de microrganismos.
- **Vida Útil do Refil:** Mínimo de 3.000 L ou 6 meses de uso.
- **Manutenção:** Sistema de troca de refil simplificado.
- **Conformidade Legal:** Atendimento integral à ABNT NBR 16236:2013 e certificação compulsória do INMETRO.
- **Itens inclusos:** Filtro original e kit completo de instalação.

**Produto referencial homologado:** IBBL Puripress 40C, Bebedouro de Água Karina K40ci ou equivalente, atendidas as características mínimas descritas acima.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **ITEM 2 – BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 50L, DE PISO, COM FILTRO:**

**Figura 2 Imagem referencial do modelo homologado.**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Capacidade de Armazenamento:** Reservatório com volume interno mínimo de 50 litros.
- **Capacidade de Atendimento:** Eficiência para atendimento de fluxo de, no mínimo, 60 pessoas/hora, garantindo a manutenção da temperatura da água.
- **Sistema de Saída:** Equipado com, no mínimo, 02 (duas) torneiras de alta resistência e vazão contínua.
- **Suporte e Aparador:** Aparador de água frontal em material de alta resistência, dotado de grade ou sistema que permita o apoio e o enchimento direto de garrafas e squeezes.
- **Revestimento Externo:** Chapa de aço inoxidável, garantindo durabilidade e facilidade de higienização.
- **Reservatório Interno:** Fabricado em material atóxico, de alta resistência e apropriado para armazenamento de água destinada ao consumo humano (conforme normas de saúde vigentes).
- **Isolamento Térmico:** Sistema de isolamento térmico de alta eficiência para manutenção da temperatura e economia de energia.
- **Sistema de Refrigeração:** Serpentina interna em aço inoxidável ou material equivalente de alta performance; motor hermético com sistema de proteção contra sobrecarga.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Sustentabilidade:** Utilização de gás refrigerante ecológico (Livre de CFC, tipo R-134A ou equivalente de menor impacto ambiental).
  - **Grau de Proteção:** Mínimo IPX4 (proteção contra respingos de água, essencial para segurança elétrica).
  - **Alimentação Elétrica:** Tensão de 127 V.
  - **Controle de Temperatura:** Termostato para regulação e controle da temperatura da água gelada.
  - **Sistema de Filtragem:** Sistema composto por filtragem física (retenção de partículas sólidas como areia e sedimentos) e filtragem química (carvão ativado para redução de cloro, odores e sabores), com vida útil mínima de 6 meses. Será aceito sistema de filtro único, desde que comprovada a dupla eficiência de atuação.
  - **Instalação:** Pés para apoio direto no piso, com kit completo de instalação e elementos filtrantes inclusos.
  - **Conformidade Legal:** Atendimento integral à ABNT NBR 16236:2013 e certificação compulsória do INMETRO.
  - **Produto referencial homologado:** Cânovas 50L Linha Resist, Karina 50L ou equivalente, desde que atendidas as características mínimas de desempenho descritas.
- **ITEM 3 – BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 100L, DE PISO, COM FILTRO:**

**Figura 3 Imagem referencial do modelo homologado.**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Capacidade de Armazenamento:** Reservatório com volume interno mínimo de 100 litros.
  - **Capacidade de Atendimento:** Eficiência para atendimento de fluxo de, no mínimo, 150 pessoas/hora, garantindo a manutenção da temperatura da água mesmo em uso intensivo.
  - **Sistema de Saída:** Equipado com, no mínimo, 03 (três) torneiras de alta resistência, do tipo alavanca ou similar, que permitam vazão contínua.
  - **Suporte e Aparador:** Aparador de água frontal em material de alta resistência, dotado de grade ou sistema que facilite o apoio e o enchimento direto de garrafas e squeezez.
  - **Revestimento Externo:** Chapa de aço inoxidável, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de higienização.
  - **Reservatório Interno:** Fabricado em material atóxico, de alta resistência e apropriado para armazenamento de água destinada ao consumo humano (conforme normas sanitárias vigentes).
  - **Isolamento Térmico:** Sistema de isolamento térmico de alta eficiência (ex: poliuretano injetado ou similar) para conservação da temperatura e otimização do consumo energético.
  - **Sistema de Refrigeração:** Serpentina interna em aço inoxidável; motor hermético com sistema de proteção contra sobrecarga.
  - **Sustentabilidade:** Utilização de gás refrigerante ecológico (Livre de CFC, tipo R-134A ou equivalente de menor impacto ambiental).
  - **Grau de Proteção:** Mínimo IPX4 (proteção contra respingos de água, obrigatório para segurança em ambientes de limpeza pesada ou semi-externos).
  - **Alimentação Elétrica:** Tensão de 127 V.
  - **Controle de Temperatura:** Termostato ajustável para regulação e controle da temperatura da água gelada.
  - **Sistema de Filtragem:** Sistema de purificação composto por filtragem física (retenção de partículas sólidas como areia e sedimentos) e filtragem química (carvão ativado para redução de cloro, odores e sabores), com vida útil mínima de 6 meses. Será aceito sistema de filtro único, desde que comprovada a dupla eficiência de atuação por laudo ou ficha técnica.
  - **Instalação:** Pés para apoio direto no piso (com regulação de nível), acompanhado de kit completo de instalação e elementos filtrantes inclusos.
  - **Conformidade Legal:** Atendimento integral à ABNT NBR 16236:2013 e certificação compulsória do INMETRO.
  - **Produto referencial de homologado:** Cânovas 100L Linha Resist, Karina 100L ou equivalente, desde que atendidas as características mínimas de desempenho descritas.
- 
- **ITEM 4 – PURIFICADOR DE ÁGUA COM REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR – 2L – DE MESA OU PAREDE:**





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

**Figura 4 Imagem referencial dos modelos homologados.**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Tipo de Equipamento:** Purificador de água refrigerado por compressor, com fornecimento de água nas temperaturas natural e gelada.
- **Finalidade de Uso:** Equipamento de alta performance para uso comercial e institucional.
- **Sistema de Refrigeração:** Por compressor, utilizando gás refrigerante ecológico (Livre de CFC, tipo R-134a ou equivalente).
- **Gabinete e Estrutura:** Construído em material de alta resistência, com tratamento de proteção UV, em tonalidade neutra (prata, cinza ou inox).
- **Versatilidade de Instalação:** Modelo compatível para uso sobre bancada (mesa) ou fixação em parede, dotado de pés antiderrapantes.
- **Higiene:** Bandeja coletora de resíduos removível para fins de esvaziamento e higienização.
- **Interface de Saída:** Equipado com 02 (duas) torneiras ou acionadores independentes (água natural e gelada).
- **Sistema de Purificação:** Múltiplas etapas de filtragem, garantindo a retenção de partículas sólidas, redução de cloro livre, eliminação de odores e sabores indesejados, além de possuir ação bacteriostática para controle microbiológico.
- **Manutenção do Refil:** Sistema rápido, sem ferramentas, com aviso luminoso de necessidade de substituição;
- **Capacidade do Reservatório Interno:** Volume mínimo de 2,0 litros.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Desempenho Térmico:** Capacidade de fornecimento de água gelada (abaixo de 10 °C) de, no mínimo, 1,0 litro/hora.
  - **Requisitos Hidráulicos:** Operação compatível com pressão de trabalho na faixa de 5 a 50 m.c.a. (49 a 490 kPa).
  - **Alimentação Elétrica:** Tensão de 127 V.
  - **Eficiência Energética:** Consumo de energia máximo de 13 kWh/mês, visando a sustentabilidade e economia operacional da instituição.
  - **Grau de Proteção:** Mínimo IPX4 (proteção contra respingos de água, obrigatório para segurança elétrica).
  - **Dimensões Referenciais:** O equipamento deverá possuir dimensões compatíveis com espaços de bancada padrão (limite máximo aproximado de 450 mm de altura e 350 mm de largura).
  - **Garantia e Conformidade:** Garantia mínima de 12 meses; atendimento integral à ABNT NBR 16236:2013 e certificação compulsória do INMETRO.
  - **Itens Inclusos:** Filtro/refil original e kit completo de instalação.
  - **Produto referencial homologado:** IBBL FR600 Exclusive, Everest Star ou equivalente, desde que atendidas as características mínimas de desempenho descritas.
- **ITEM 5 – BEBEDOURO DE PISO ACESSÍVEL EM INOX COM SENSOR DE ACIONAMENTO ELETRÔNICO – DE PISO:**

**Figura 5 Imagem referencial dos modelos homologados.**





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### Características Técnicas Mínimas Exigidas:

- **Finalidade e Uso:** Equipamento indicado para áreas internas e externas de grande circulação, com sistema de acionamento obrigatoriamente automático (sem contato manual), por meio de sensor infravermelho de presença, visando a higiene e a acessibilidade.
- **Estrutura e Materiais:** Gabinete de piso autoportante (sem necessidade de fixação em parede), confeccionado em aço inoxidável escovado de alta resistência. Reservatórios internos em material atóxico, resistente e de fácil higienização.
- **Isolamento e Refrigeração:** Isolamento térmico em poliuretano injetado para alta eficiência térmica; sistema de refrigeração por compressor hermético utilizando fluido refrigerante ecológico (Livre de CFC, tipo R-134a ou equivalente).
- **Troca de Calor:** Serpentina interna fabricada em aço inoxidável, garantindo a integridade da água e longevidade do sistema.
- **Alimentação Elétrica:** Tensão de 127 V.
- **Sistema de Purificação:** Filtragem composta por etapa física (retenção de sedimentos, areia e partículas) e etapa química (carvão ativado para redução de cloro livre, sabores e odores), com vida útil mínima de 3.000 litros ou 06 meses. Será aceito sistema de filtro único, desde que comprovada a dupla eficiência de atuação.
- **Configuração de Saídas:** O equipamento deverá possuir, no mínimo, 01 (uma) saída de água acionada por sensor. A oferta de modelos com mais saídas será admitida, desde que atendida a premissa de ser um modelo de piso autoportante.
- **Acessibilidade e Normas:** Atendimento integral às normas de acessibilidade vigentes (NBR 9050), às normas ABNT NBR 16236/2013 e certificação compulsória do INMETRO.
- **Integridade do Projeto:** Não serão aceitas adaptações ou "kits" de sensores instalados sobre torneiras manuais; o sistema de acionamento por sensor deve ser original de fábrica (projeto nativo).
- **Garantia e Instalação:** Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; fornecimento incluso de kit de instalação completo e elementos filtrantes para pronto uso.
- **Produto referencial homologado:** Bebedouro Life Inox (Cânovas), Purificador Acqua Filler (Culligan) ou equivalente, desde que atendidas as características de desempenho e qualidade descritas.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **ITEM 6 – BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO ACESSÍVEL COM SENSOR – 01 SAÍDA – DE PAREDE:**

**Figura 6 Modelos homologados referenciais**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Descrição Geral e Acessibilidade:** Equipamento do tipo purificador de água refrigerado, modelo de parede, projetado sob os princípios do desenho universal para atender plenamente a crianças, adultos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O acionamento deve ser obrigatoriamente automático (sem contato manual), por meio de sensor de proximidade infravermelho original de fábrica.
- **Requisitos de Acessibilidade:** O equipamento deve permitir o acesso frontal de usuários em cadeiras de rodas e possuir sinalização em Braille para orientação de deficientes visuais, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes (NBR 9050).



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Estrutura e Materiais:** Gabinete metálico de alta resistência, confeccionado em aço inoxidável ou material equivalente com proteção contra corrosão e acabamento liso que facilite a higienização.
- **Capacidade Operacional:** Capacidade de fornecimento de água gelada de, no mínimo, 6 litros por hora, dimensionado para atendimento em ambientes coletivos com fluxo de até 100 usuários por período.
- **Sistema de Refrigeração:** Refrigeração por compressor hermético utilizando gás refrigerante ecológico (Livre de CFC); isolamento térmico de alta eficiência (poliuretano injetado ou similar) para manutenção da temperatura e economia de energia.
- **Potência e Energia:** Potência nominal compatível com o desempenho de refrigeração solicitado (valor referencial mínimo 200W); Tensão de alimentação de 127 V.
- **Sistema de Filtragem:** Purificação em múltiplas etapas, garantindo obrigatoriamente a retenção de partículas sólidas (sedimentos, areia, ferrugem) e a redução de cloro livre, odores e sabores desagradáveis. Os elementos filtrantes devem possuir vida útil mínima de 3.000 litros ou 06 meses, com sistema que facilite a substituição. Será aceito sistema de filtro único ou duplo, desde que comprovada a atuação PFF-5 e T33 garantindo a eficácia de filtragem física e química por ficha técnica.
- **Segurança e Proteção:** Grau de proteção mínimo IPX2 ou superior; certificação compulsória do INMETRO para aparelhos elétricos e melhoria da qualidade da água.
- **Integridade do Produto:** Não serão aceitas adaptações de sensores em modelos originalmente manuais; o sistema de sensor deve ser parte integrante do projeto nativo do fabricante.
- **Garantia e Itens inclusos:** Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; fornecimento incluso de manual técnico, kit completo de instalação e elementos filtrantes para pronto uso.
- **Conformidade Legal:** Atendimento integral à ABNT NBR 16236:2013 e demais normativas vigentes.
- **Produtos referenciais homologado:** Bebedouro Acessível Life Inox com Sensor (Cânovas), Purificador Acqua Point (IBBL), Purificador Smart H2O (IBBL) ou equivalente, desde que atendidas as características mínimas de desempenho descritas.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **ITEM 7 – BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO (ÁGUA NATURAL E GELADA) - ACABAMENTO INOX:**

**Figura 7 Modelo homologado referencial**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Descrição Geral:** Equipamento do tipo bebedouro de água refrigerado, modelo coluna (piso), projetado para suporte e operação com garrafões de 10 (dez) e 20 (vinte) litros.
- **Sistema de Refrigeração:** Refrigeração por compressor hermético de alta performance, utilizando fluido refrigerante ecológico (Livre de CFC, tipo R-134a ou equivalente de baixo impacto ambiental).
- **Estrutura e Materiais:** Gabinete confeccionado em aço inoxidável ou aço carbono com tratamento químico anticorrosivo e pintura eletrostática de alta resistência. Tampo e base em polímero injetado de alto impacto, com acabamento em tonalidade neutra (prata ou inox).
- **Interface de Saída:** Equipado com, no mínimo, 02 (duas) torneiras ou acionadores independentes, garantindo o fornecimento de água nas temperaturas natural e gelada.
- **Desempenho Térmico:** Capacidade de fornecimento de água gelada de, no mínimo, 1,2 litros por hora; Reservatório interno com volume mínimo de armazenamento de 2,0 litros.
- **Higiene e Segurança sanitária:** O equipamento deve possuir sistema de refrigeração que evite a oxidação interna e facilite a higienização (ex: serpentina externa ou sistema de cuba atóxica equivalente). Deve ser dotado de bandeja coletora de resíduos removível.
- **Controle e Operação:** Termostato regulável para ajuste da temperatura da água gelada; pés antiderrapantes para estabilidade no piso.
- **Requisitos Elétricos:** Tensão de alimentação de 127 V.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Segurança e Proteção:** Grau de proteção mínimo IPX4 (proteção contra respingos de água); certificação compulsória do INMETRO para aparelhos elétricos e eficiência energética.
  - **Garantia e Conformidade:** Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; atendimento integral à ABNT NBR 16236:2013.
  - **Produto referencial homologado:** IBBL GFN 2000 ou de qualidade técnica equivalente ou superior, desde que atendidas as características mínimas de desempenho e qualidade descritas.
- **ITEM 8 – PURIFICADOR DE ÁGUA POR GRAVIDADE PARA BASE DE BEBEDOURO (COM KIT DE ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO):**

**Figura 8 Modelo homologado referencial**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Finalidade e Uso:** Reservatório purificador de água projetado para acoplamento direto em bebedouros de coluna ou bancada, em substituição ao uso de garrações retornáveis. O sistema deve permitir a filtragem da água proveniente da rede pública antes de sua entrada no sistema de refrigeração do bebedouro.
- **Capacidade Volumétrica:** Capacidade total mínima de armazenamento de 15 litros, considerando a soma dos compartimentos superior e inferior, garantindo autonomia de fluxo e pressão adequada para o processo de filtragem.





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Sistema de Abastecimento Automático:** O equipamento deve ser dotado de sistema de controle de nível por meio de válvula de boia (flutuador), que interrompa o fluxo automaticamente ao atingir a capacidade máxima, prevenindo transbordamentos.
- **Kit de Instalação Hidráulica:** Deverá acompanhar kit completo para conexão à rede de água, composto obrigatoriamente por:
  - Mangueira flexível atóxica (comprimento mínimo de 2 metros);
  - Adaptador ou registro metálico para ponto de água padrão de ½ polegada;
  - Conectores compatíveis com o modelo do purificador.
- **Material de Fabricação:** Confeccionado em polímero termoplástico de alta resistência, atóxico e livre de Bisfenol A (BPA Free), com acabamento que facilite a higienização e impeça a proliferação de algas (proteção UV ou opacidade adequada).
- **Sistema de Filtragem e Purificação:**
  - Processo de filtragem por gravidade utilizando, no mínimo, 02 (dois) elementos filtrantes (velas ou refis) operando simultaneamente.
  - Os elementos devem possuir múltiplas camadas de purificação, incluindo obrigatoriamente: retenção de sedimentos, carvão ativado para redução de cloro livre, odores e sabores, e camada com prata coloidal ou similar para controle bacteriológico.
- **Desempenho e Qualidade (Normas NBR):** O sistema de purificação deve atender rigorosamente aos seguintes requisitos de desempenho:
- **Retenção de Partículas:** Classe C ( $\geq 5$  a  $< 15 \mu m$ ) ou superior;
- **Redução de Cloro Livre:** Mínimo de 75%;
- **Eficiência Bacteriológica:** Aprovada (Requisito obrigatório para garantir a segurança sanitária em ambientes coletivos).
- **Compatibilidade e Instalação:** Design com encaixe universal, compatível com os principais modelos de bebedouros de pressão e coluna do mercado. O conjunto deve incluir todos os filtros e acessórios necessários para o primeiro funcionamento.
- **Garantia:** Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### KIT DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICA COM BOIA PARA PURIFICADOR DE ÁGUA – INCLUSO

**Figura 9 Modelo homologado de referência**



*(O modelo constante na imagem serve apenas como referência visual, prevalecendo as especificações técnicas descritas no texto.)*

#### **Características Técnicas Mínimas Exigidas:**

- **Finalidade:** Conjunto de componentes para conexão e automatização de abastecimento de purificadores de água (sistema por gravidade/reservatório) diretamente à rede hidráulica predial, operando via controle de nível por flutuação.
- **Adaptador de Ponto de Água:** Conector fabricado em metal cromado ou polímero de engenharia de alta resistência, com rosca padrão de ½" (meia polegada) para instalação em ponto de parede. Deve possuir saída lateral compatível com mangueiras de ¼" ou 6mm e registro de fechamento manual independente para manutenção.
- **Mangueira de Alimentação:** Extensão mínima de 2,0 metros de mangueira flexível, fabricada em material termoplástico atóxico (próprio para consumo humano), em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
- **Conexões e Acoplamentos:** Conjunto de conectores (curvas/cotovelos) de engate rápido ou sistema de rosca que garanta vedação hermética e facilite o direcionamento da tubulação na entrada do purificador.
- **Válvula de Boia (Flutuador):** Sistema de vedação automática por flutuação, projetado para instalação no reservatório do purificador.
- Fabricada integralmente em material inerte e atóxico, sem componentes oxidáveis em contato com a água.
- Capacidade de operação em alta e baixa pressão (rede direta ou caixa d'água), garantindo o estancamento total para evitar transbordamentos.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

- **Segurança Sanitária:** Todos os componentes em contato direto com a água devem ser rigorosamente livres de Bisfenol A (BPA Free) e não devem conferir odor ou sabor à água filtrada.
- **Compatibilidade e Resistência:** Componentes com design universal, compatíveis com os principais modelos de purificadores por gravidade do mercado nacional (capacidade acima de 10 litros). Devem suportar a pressão estática de redes hidráulicas prediais convencionais.
- **Garantia e Normas:** Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; atendimento aos requisitos de segurança para aparelhos de melhoria da qualidade da água (ABNT NBR 16236/2013).
- **Produto referencial homologado:** Purific 20 (Refil Camadas) e Kit Hidráulico ou produto de qualidade técnica equivalente ou superior, desde que atendidas as especificações técnicas descritas.

**Bauru, na data da assinatura digital.**

---

**Vítor Locilento Sanches**

Divisão de Manutenção e Operações

PUSP-B



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### ANEXO III – UNIDADES ADERENTES PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU

Processo SEI nº 154.00014368/2025-86

O presente anexo estabelece a distribuição geográfica e os quantitativos máximos estimados para o objeto desta Ata de Registro de Preços, ficando as unidades constantes na tabela abaixo autorizadas a efetuar as requisições conforme suas necessidades específicas. Os endereços listados representam os locais de entrega obrigatória, devendo a detentora da ata considerar todas as despesas logísticas, tributárias e operacionais inclusas no valor unitário ofertado, não sendo admitida qualquer alteração de preço em razão da localização das unidades nos campi da Capital ou do Interior.

As quantidades indicadas representam a previsão total de consumo para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, não restando a Administração Pública obrigada a contratar a totalidade dos itens, conforme a natureza jurídica do Sistema de Registro de Preços. A entrega deverá ser precedida de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, que confirmará o endereço exato dentro do campus indicado, o horário de recebimento e o contato do responsável pela conferência técnica.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE REQUISITANTE / CAMPUS	ENDEREÇO DE ENTREGA	QUANTIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL
1	PURIFICADOR DE PRESSÃO TIPO COLUNA, CONJUGADO (ADULTO, INFANTIL E PCD), COM FILTRO – USO INTERNO E EXTERNO	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - CAMPUS BAURU	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	4	73
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – CAMPUS SÃO CARLOS	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	3	
		INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS - CAMPUS SÃO CARLOS	Setor de Almoxarifado (IFSC), Avenida Trabalhador São-Carlense, nº 400, São Carlos - SP, CEP 13566-590.	1	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS BUTANTÃ	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	50	
		PREFEITURA DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO – CAMPUS RIBEIRÃO PRETO	Seção de Almoxarifado e Patrimônio – Avenida Bandeirantes, nº 3900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP, CEP 14040-900. Dentro do Campus: Rua das Paineiras, casa 16.	5	
		FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – CAMPUS BUTANTÃ	Serviço de Materiais - Av. Prof. Lineu Prestes, nº 580, Bloco 13 A, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	10	
2	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 50L, DE PISO, COM FILTRO	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - CAMPUS BAURU	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	2	73
		FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU – CAMPUS BAURU	Setor de Almoxarifado (FOB) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	8	
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – CAMPUS SÃO CARLOS	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	1	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS BUTANTÃ	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	20	
		PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – CAMPUS PIRASSUNUNGA	Seção de Material (Almoxarifado) – Avenida Duque de Caxias Norte, nº 225, Jardim Elite, Pirassununga - SP, CEP: 13635-900	2	



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

		FACULDADE DE DIREITO – <b>CAMPUS QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO</b>	Rua Riachuelo, 185 - Sé, São Paulo - SP, CEP: 01007-000. Garagem, 1º SS.	10	
		PREFEITURA DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO – <b>CAMPUS RIBEIRÃO PRETO</b>	Seção de Almoxarifado e Patrimônio – Avenida Bandeirantes, nº 3900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP, CEP 14040-900. Dentro do Campus: Rua das Paineiras, casa 16.	5	
		INSTITUTO DE QUÍMICA – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Seção de Patrimônio (IQ) – Av. Prof. Lineu Prestes, nº 748, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	15	
		MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP	Seção de Materiais (MZ), Rua Padre Marchetti, nº 375, Ipiranga, São Paulo - SP, CEP: 04266-000.	10	
3	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 100L, DE PISO, COM FILTRO	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	2	62
		FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU – <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (FOB) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	2	
		ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES – <b>CAMPUS USP LESTE</b>	Seção de Manutenção (EACH) - Rua Arlindo Bétio, nº 1000, Ermelino Matarazzo – São Paulo - SP, CEP: 03828-000	6	
		ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE DE RIBEIRÃO PRETO – <b>CAMPUS RIBEIRÃO PRETO</b>	Seção de Apoio Orçamentário (EEFERP), Avenida Bandeirantes, nº 3900, "Campus" da USP, Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, CEP: 14040-907.	3	
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	2	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	30	
		ESCOLA DE ENFERMAGEM – <b>CAMPUS QUADRILÁTERO SAÚDE</b>	Serviço de Patrimônio e Almoxarifado (EEUSP) - Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 419, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP: 05403-000.	1	
		PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – <b>CAMPUS PIRASSUNUNGA</b>	Seção de Material (Almoxarifado) – Avenida Duque de Caxias Norte, nº 225, Jardim Elite, Pirassununga - SP, CEP: 13635-900	2	
		FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serviço de Materiais - Av. Prof. Lineu Prestes, nº 580, Bloco 13 A, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	2	
		PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO – DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO – SERVIÇO TÉCNICO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS E MATERIAIS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Restaurante Central – Praça do Relógio Solar, Travessa 8, nº 300, Butantã, São Paulo – SP, CEP 05508-115.	2	
4	PURIFICADOR DE ÁGUA COM REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR – 2L – DE MESA OU PAREDE	MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP	Seção de Materiais (MZ), Rua Padre Marchetti, nº 375, Ipiranga, São Paulo - SP, CEP: 04266-000.	10	358
		PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	5	
		FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU – <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (FOB) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	20	
		ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES – <b>CAMPUS USP LESTE</b>	Seção de Manutenção (EACH) - Rua Arlindo Bétio, nº 1000, Ermelino Matarazzo – São Paulo - SP, CEP: 03828-000	6	
		PREFEITURA DO CAMPUS USP LESTE – <b>CAMPUS USP LESTE</b>	Seção de Manutenção (PUSP-CL) – Rua Arlindo Bétio, nº 1000, Ermelino Matarazzo – São Paulo - SP, CEP: 03828-000.	2	



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

	FACULDADE DE ODONTOLOGIA – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serviço de Materiais (FO) – Avenida Professor Lineu Prestes, Nº 2227, Butantã - São Paulo – SP, CEP 05508-000.	20	
	FACULDADE DE MEDICINA DE BAURU – <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (FMBRU) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	5	
	ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE DE RIBEIRÃO PRETO - <b>CAMPUS RIBEIRÃO PRETO</b>	Seção de Apoio Orçamentário (EEFERP), Avenida Bandeirantes, nº 3900, "Campus" da USP, Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, CEP: 14040-907.	2	
	ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	10	
	INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS - <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IFSC), Avenida Trabalhador São-Carlense, nº 400, São Carlos - SP, CEP 13566-590.	2	
	FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	100	
	FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Rua Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, nº 87, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-270. 1º andar - Sala dos Serviços Gerais.	5	
	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Rua do Lago, 876 – Campus Cidade Universitária, São Paulo – SP, CEP: 05508- 080.	10	
	INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Setor de Almoxarifado, Rua do Matão, nº 1226, Sala 106, Térreo, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-090.	5	
	INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IAU), Av. Trabalhador São-carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	6	
	ESCOLA DE ENFERMAGEM – <b>CAMPUS QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO</b>	Serviço de Patrimônio e Almoxarifado (EEUSP) - Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 419, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP: 05403-000.	15	
	FACULDADE DE DIREITO – <b>CAMPUS QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO</b>	Rua Riachuelo, 185 - Sé, São Paulo - SP, CEP: 01007-000. Garagem, 1º SS.	10	
	PREFEITURA DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO – <b>CAMPUS RIBEIRÃO PRETO</b>	Seção de Almoxarifado e Patrimônio – Avenida Bandeirantes, nº 3900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP, CEP 14040-900. Dentro do Campus: Rua das Paineiras, casa 16.	30	
	FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serviço de Materiais - Av. Prof. Lineu Prestes, nº 580, Bloco 13 A, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	10	
	INSTITUTO DE QUÍMICA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IQSC) - Bloco Q4, Av. Trabalhador São Carlense, nº 400, Centro, São Carlos - SP. CEP: 13566-590.	1	
	INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Setor de Almoxarifado (ICB), Av. Professor Lineu Prestes, nº 2415, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-000	25	
	PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO – SERVIÇO ADMINISTRATIVO – SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Prédio CARE, Rua do Anfiteatro, nº 295, Butantã, São Paulo – SP, CEP: 05508-060.	12	
	PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO – DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTES – SEÇÃO DE ZELADORIA E MANUTENÇÃO – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Térreo do Bloco E do CRUSP, Rua do Anfiteatro, nº 295, Butantã, São Paulo – SP, CEP: 05508-060	12	
	INSTITUTO DE QUÍMICA – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Seção de Patrimônio (IQ) – Av. Prof. Lineu Prestes, nº 748, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	15	





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

		MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP	Seção de Materiais (MZ), Rua Padre Marchetti, nº 375, Ipiranga, São Paulo - SP, CEP: 04266-000.	30	
5	BEBEDOURO DE PISO ACESSÍVEL EM INOX COM SENSOR DE ACIONAMENTO ELETRÔNICO – DE PISO	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	2	57
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	2	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	50	
		INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IAU), Av. Trabalhador São-carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	3	
6	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO ACESSÍVEL COM SENSOR – 01 SAÍDA – DE PAREDE	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	2	172
		FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU – <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (FOB) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	15	
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	2	
		INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS - <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IFSC), Avenida Trabalhador São-Carlense, nº 400, São Carlos - SP, CEP 13566-590.	2	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	50	
		FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE DESIGN – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Rua do Lago, 876 – Campus Cidade Universitária, São Paulo – SP, CEP: 05508-080.	20	
		INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IAU), Av. Trabalhador São-carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	6	
		ESCOLA DE ENFERMAGEM – <b>CAMPUS QUADRILÁTERO SAÚDE/DIREITO</b>	Serviço de Patrimônio e Almoxarifado (EEUSP) - Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 419, Cerqueira César, São Paulo - SP, CEP: 05403-000.	8	
		CENTRO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Rua Nove de Julho, nº 1227, Centro, São Carlos – SP, CEP: 13560-042.	2	
		PREFEITURA DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO – <b>CAMPUS RIBEIRÃO PRETO</b>	Seção de Almoxarifado e Patrimônio – Avenida Bandeirantes, nº 3900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto – SP, CEP 14040-900. Dentro do Campus: Rua das Paineiras, casa 16.	2	
		FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serviço de Materiais - Av. Prof. Lineu Prestes, nº 580, Bloco 13 A, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	25	
		INSTITUTO DE QUÍMICA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Setor de Almoxarifado (IQSC) - Bloco Q4, Av. Trabalhador São Carlense, nº 400, Centro, São Carlos - SP. CEP: 13566-590.	7	
		INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Setor de Almoxarifado (ICB), Av. Professor Lineu Prestes, nº 2415, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-000	12	
		PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO – DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTES – SEÇÃO DE ZELADORIA E MANUTENÇÃO - <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Térreo do Bloco E do CRUSP, Rua do Anfiteatro, nº 295, Butantã, São Paulo – SP, CEP: 05508-060	4	





## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

		INSTITUTO DE QUÍMICA – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Seção de Patrimônio (IQ) – Av. Prof. Lineu Prestes, nº 748, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-000.	15	
7	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAÇÃO (ÁGUA NATURAL E GELADA) - ACABAMENTO INOX	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	5	106
		FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU – <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (FOB) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP:17012-901.	3	
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA – <b>CAMPUS LORENA</b>	Setor de Patrimônio (EEL) – Estrada Municipal do Campinho, nº 100, Bairro do Campinho – Lorena – SP, CEP: 12602-810	7	
		ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS – <b>CAMPUS SÃO CARLOS</b>	Edifício - Almoxarifado (EESC), Área 1 (campus 1), Avenida Trabalhador São Carlense, nº 400, Parque Arnold Schmidt, São Carlos - SP, CEP: 13566-590.	2	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	50	
		PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO – DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTES – SEÇÃO DE ZELADORIA E MANUTENÇÃO - <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Térreo do Bloco E do CRUSP, Rua do Anfiteatro, nº 295, Butantã, São Paulo – SP, CEP: 05508-060	9	
		MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP	Seção de Materiais (MZ), Rua Padre Marchetti, nº 375, Ipiranga, São Paulo - SP, CEP: 04266-000.	30	
8	PURIFICADOR DE ÁGUA POR GRAVIDADE PARA BASE DE BEBEDOURO (COM KIT DE ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO)	PREFEITURA DO CAMPUS DE BAURU - <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (PUSP-B) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, Cep:17012-901.	5	65
		FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU – <b>CAMPUS BAURU</b>	Setor de Almoxarifado (FOB) - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, Cep:17012-901.	3	
		PREFEITURA DO CAMPUS USP LESTE – <b>CAMPUS USP LESTE</b>	Seção de Manutenção (PUSP-CL) - Rua Arlindo Bétio, nº 1000, Ermelino Matarazzo – São Paulo - SP, CEP: 03828-000	2	
		FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Serv. de Patrimônio (FFLCH), Rua do Lago, nº 717, Sala 08, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.	30	
		FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA – <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Rua Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, nº 87, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-270. 1º andar - Sala dos Serviços Gerais.	5	
		PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO – DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTES – SEÇÃO DE ZELADORIA E MANUTENÇÃO - <b>CAMPUS BUTANTÃ</b>	Térreo do Bloco E do CRUSP, Rua do Anfiteatro, nº 295, Butantã, São Paulo – SP, CEP: 05508-060	20	

### CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS BENS

Os bens deverão ser entregues nos endereços das unidades aderentes à Ata de Registro de Preços, localizadas nos campi da Universidade de São Paulo (USP) nas cidades de **São Paulo, Bauru, Lorena, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos**, conforme indicação constante na respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento emitida pela unidade requisitante.

A relação detalhada dos endereços das unidades aderentes encontra-se indicada neste Anexo, cabendo à **CONTRATADA** realizar a verificação prévia das localizações para fins de adequada composição de seus custos logísticos, os quais deverão estar contemplados no preço registrado.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

A entrega dos bens **compreenderá todas as atividades necessárias à sua efetiva disponibilização no local indicado pela unidade requisitante, incluindo transporte, movimentação, descarregamento e demais operações logísticas pertinentes, as quais correrão integralmente por conta da CONTRATADA.**

Compete à contratada adotar todos os meios necessários para a realização da entrega, inclusive a disponibilização de equipe, equipamentos e veículos adequados às características do objeto e às condições de acesso aos locais de entrega.

Para fins de elaboração da proposta, a contratada deverá considerar previamente as condições de acesso, circulação de veículos e demais características dos locais de entrega indicados neste Anexo.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL (MODELO DE PROPOSTA SUGERIDO)

Processo SEI nº 154.00014368/2025-86

#### 1. OBJETO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PURIFICADOR DE PRESSÃO TIPO COLUNA, CONJUGADO (ADULTO, INFANTIL E PCD), COM FILTRO – USO INTERNO E EXTERNO			483313	UNIDADE	73		
2	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 50L, DE PISO, COM FILTRO			256255	UNIDADE	73		
3	BEBEDOURO REFRIGERADO PARA ÁREA INTERNA E EXTERNA 100L, DE PISO, COM FILTRO			395320	UNIDADE	62		
4	PURIFICADOR DE ÁGUA COM REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR – 2L – DE MESA OU PAREDE			602309	UNIDADE	358		
5	BEBEDOURO DE PISO ACESSÍVEL EM INOX COM SENSOR DE ACIONAMENTO ELETRÔNICO – DE PISO			633715	UNIDADE	57		
6	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO ACESSÍVEL COM SENSOR – 01 SAÍDA – DE PAREDE			249212	UNIDADE	172		
7	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAÇÃO (ÁGUA NATURAL E GELADA) - ACABAMENTO INOX			392319	UNIDADE	106		
8	PURIFICADOR DE ÁGUA POR GRAVIDADE PARA BASE DE BEBEDOURO (COM KIT DE ABASTECIMENTO AUTOMÁTICO);			611887	UNIDADE	65		
<b>TOTAL:</b>								

#### Identificação da empresa Licitante:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

SITE:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

E-MAIL:

TELEFONE:

#### DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

Prazo de entrega: **30 (trinta) dias** após a data do termo de início de fornecimento.

Validade da Proposta: 60 dias corridos;

Prazo de Pagamento: 28 dias corridos.



## EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90205/2025 – PUSP-B.

### Referências Bancárias (BANCO DO BRASIL)

Agência:

Conta:

A apresentação da proposta implica plena ciência e aceitação, pelo licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente quanto aos locais de entrega indicados no Anexo III – Unidades Aderentes, bem como às responsabilidades relativas ao transporte, movimentação, descarregamento e demais operações logísticas necessárias ao cumprimento do objeto.

Declaramos, ainda, total concordância com os termos do Edital e seus anexos em referência e das condições da presente licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local) (Data)

---

(Nome e assinatura do representante legal da Licitante/Cargo)



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ANEXO V

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **NN/2026** – PUSP-B

Processo SEI nº 154.00014368/2025-86

A **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por intermédio da **PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU (PUSP-B)**, inscrita no C.N.P.J. sob nº **63.025.530/0088-65**, localizada na Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, nº 9-75, Vila Nova Cidade Universitária – Bauru – SP, CEP 17012-901, neste ato representada por seu(ua) **[nome e cargo da autoridade competente]**, por delegação de competência, nos termos da [Portaria GR nº 8.321/2024](#), e considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS**, sob nº **NN/2026 – PUSP-B**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação para fins de **AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE USO PÚBLICO**, especificados no item 01 do Termo de Referência, anexo I e item 06 do Memorial Descritivo, anexo II do edital de Pregão supracitado, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante</i> )
------------	--



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU / PUSP-B**

3.1.1. Além do gerenciador, **são** órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Unidades/Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade, caso aplicável, de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.





- 5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7. e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
    - 6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Unidade ou Órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Unidade ou Órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Unidade ou Órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, na [Resolução nº 8.548/2023](#) e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Unidade ou Órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a Unidade ou Órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. A Unidade ou Órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pela Unidade ou Órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De Unidade ou Órgão participante para Unidade ou Órgão participante; ou
  - 8.2.2. De Unidade ou Órgão participante para Unidade ou Órgão não participante.
- 8.3. A Unidade ou Órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de Unidade ou Órgão participante para Unidade ou Órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá a Unidade ou Órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pela Unidade ou Órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a Unidade ou Órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho da Unidade ou Órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Unidade ou Órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
  - 9.4.1. Por razão de interesse público;
  - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na Lei nº 14.133 de 2021 e na [Resolução nº 8.548/2023](#), conforme previsto no Edital.
  - 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, uma vez convocados, injustificadamente não cumprirem o compromisso assumido após a assinatura da ata
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 10.3. A Unidade ou Órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.*

**Assinaturas**

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **órgão gerenciador**

\_\_\_\_\_  
**Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ANEXO I CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Qtde. Máxima	Qtde. Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



## **ANEXO VI**

# **ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna “IR (02)” do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.





## USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

### Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código WMPC-4V2L-Q214-1K4U no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/WMPC-4V2L-Q214-1K4U>

#### **Karin Hermana Neppelenbroek**

Nº USP: 6548691

Data: 12/03/2026 10:32

Perfil assinante:: Autoridade Competente

#### **Vítor Locilento Sanches**

Nº USP: 5654520

Data: 12/03/2026 12:43

Perfil assinante:: Área requisitante